

ROSA É COR DE MENINA E AZUL COR DE MENINO? RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Thyanne Guilherme Calixto; Marlene Helena de Oliveira França

*Universidade Federal da Paraíba
thyanneguilhermecalixto@gmail.com
marlenecel@hotmail.com*

Resumo: Esse artigo versa sobre a discussão acerca das relações de gênero na educação infantil, com foco no tratamento que é dispensado as meninas e aos meninos pelos educadores no que se refere as manifestações no contexto escolar. Nossas observações parte do contexto de uma turma do Maternal II, onde é comum observar situações em que preconceitos de gênero e/ou sexistas são reproduzidas por diferentes sujeitos, entre os quais, encontram-se crianças de 3 a 4 anos. Tais preconceitos precisam ser combatidos, sobretudo nos espaços escolares; lugar em que é comum deparar-se com uma distinção demarcada entre meninos e meninas, que ocorrem na maior parte das vezes, por meio das brincadeiras. Momentos em que os meninos são mais violentos, enquanto das meninas, espera-se amabilidade e delicadeza, nos fardamentos, materiais escolares, separação de cores (ex.: azul e rosa), higiene, atividades físicas, divisões de brinquedos, linguagem, comportamentos diferenciados, entre outros. Tais condicionamentos tendem a ser incorporados pelas crianças desde cedo, e isso acaba reproduzindo regras sobre o que “é de menino” e o que “é de menina”. À vista disso, o caminho metodológico escolhido foi uma cuidadosa revisão bibliográfica acerca dos estudos de gênero e sexualidade, com base em autores como: Beauvoir (2009), Carvalho (2004), Furlani (2008), Louro (1997) e Nunes (2005), considerou-se também neste estudo, práticas educativas no tocante a Educação sexual na escola, especificamente, na educação de crianças pequenas. Utilizou-se ainda de observações sistemáticas entre as crianças no tocante às questões de gênero, na turma do Maternal II de um Centro de Referência em Educação Infantil (CREI) do município de João Pessoa/PB. Como resultado das observações e a interlocução com as leituras, evidenciou-se a cotidiana manifestação da sexualidade das crianças, sobretudo, sabendo que, é no espaço da Educação Infantil que as crianças iniciam as suas primeiras relações sociais e interações com outras crianças, assim, é fundamental que as(os) docentes que irão atuar nessa etapa estejam preparadas(os) para lidar com questões da sexualidade presentes nesse espaço, no sentido de que atitudes sexistas, preconceituosas e discriminatórias não sejam naturalizadas. Por fim, entende-se que é direito da criança a oferta da Educação Sexual.

Palavras-chave: Relações de Gênero, sexualidade, educação sexual, educação infantil.

Introdução

A sexualidade constitui-se como parte integral da vida humana, construída a partir da interação com indivíduos, relações e estruturas sociais. Desde a gestação, mulheres são comumente questionadas: É menino ou menina? Recebendo a significação da sociedade, que delimita espaços e cria um mundo separado para essas crianças, de acordo com a genitália. Mas, como perceber essas questões? Onde se inicia? Como o gênero e a sexualidade constituem o humano? Tais questões compõem a primeira parte da presente pesquisa, que objetiva discorrer acerca da presença da sexualidade na Educação infantil e, como as questões de gênero influenciam nas relações que as crianças estabelecem entre si, tendo em vista, que durante a infância, o conhecimento do corpo é

negado, a forma de vivenciar, ou melhor, não vivenciar a sexualidade depende da educação sexual ofertada para meninos e meninas, ainda que, os meninos possuam maior liberdade de explorar sua sexualidade do que as meninas.

Logo após, o trabalho abordará práticas educativas no tocante à Educação Sexual, com ênfase na Educação Infantil, em relação às crianças acima dos três anos de idade, uma vez que, compreende-se a escola como um espaço institucional que reforça a delimitação de espaços entre meninos e meninas, criando mecanismos e simbologias de diferenciação. Por isso, é necessária a existência de uma Educação que promova a emancipação, com destaque para a atuação profissional, que reconheça a presença da sexualidade na vida das crianças e, de forma didática saiba lidar com as situações que envolvem a sexualidade das crianças o mais natural possível, para não reprimir e/ou inibir a relação da criança com o próprio corpo e corpo do outro.

A discussão dessa temática, sobretudo, na educação de crianças pequenas, ainda se apresenta como um “tabu” na sociedade, principalmente, em razão da cultura patriarcal enraizada nas instituições sociais que impedem a introdução desse tema na formação das crianças na Educação Básica. Além disso, a ausência desses conteúdos nos currículos da Educação Infantil, também se mostra como consequência da insuficiência de Leis (Resoluções), Diretrizes, Referenciais e Políticas Públicas que legitimem a importância de promover o debate nesta área de conhecimento, como também no chão da EI.

Nesta perspectiva, é fundamental refletir sobre o direito à Educação Sexual, na perspectiva de compreender as exclusões sociais existentes, voltando o olhar aos vários tipos de violência atrelados à sexualidade e a forma de vivenciá-la. Logo, perceber como as instituições com finalidade educativa, têm trabalhado as questões de gênero com as crianças, especificamente, na educação infantil, se configura em uma tarefa essencial para quem deseja atuar nesta etapa com vista à liberdade e respeito à sexualidade humana, não desconsiderando a infância.

Desta maneira, acredita-se que os estudos e as discussões acerca das relações de gênero podem contribuir como forma de minimizar a propagação de atitudes que fortaleçam a violência de gênero no ambiente escolar, especificamente, na educação de crianças pequenas. Seguindo este caminho, a pesquisa se propõe a discorrer sobre as condutas das(os) professoras(es) e das crianças pequenas em relação às questões de gênero e como a existência de novas práticas pedagógicas em sala podem contribuir para uma vivência plena da sexualidade das crianças.

Metodologia

Na construção do presente trabalho, optou-se como caminho metodológico pela revisão bibliográfica em livros, textos, produções acadêmicas e acervos sobre os estudos de gênero e sexualidade. Além dessas fontes de pesquisa, utilizou-se na sistematização teórica, de epistemologias feministas, práticas pedagógicas libertadoras, educação sexual e uma breve análise das Leis e Diretrizes para Educação Infantil.

A observação sistemática foi a principal técnica de investigação utilizada na turma Maternal II com crianças entre 3 anos e 3 anos e 11 meses em um Centro de Referência em Educação Infantil (CREI) do município de João Pessoa – PB, vez que não se podia aplicar questionário ou realizar entrevistas com crianças nessa faixa etária. Tais observações ocorreram entre os meses de março a maio de 2017, no decorrer do Estágio Supervisionado em Educação Infantil, componente curricular obrigatório no curso de Pedagogia/CE/UFPB.

Também adotou-se a “pesquisa descritiva”. Em relação a esse tipo de investigação, Prodanov (2013) afirma que se configura quando o(a) pesquisador(a) registra os fatos observados, sem intervir, objetivando apenas descrever as características do objeto. Dessa forma, buscou-se analisar as observações sistemáticas a partir da revisão bibliográfica.

Resultados e Discussão

Os resultados apresentados a seguir são frutos de nossas leituras acerca da temática tratada, intitulada “ROSA É COR DE MENINA E AZUL COR DE MENINO? Relações de gênero na educação infantil” que tem como foco a observação da interação de e entre crianças pequenas no tocante as relações de gênero.

Para iniciar a discussão, apresenta-se uma situação vivenciada no estágio supervisionado em Educação infantil, em que uma das autoras deste artigo, encontrava-se fazendo a anotação (diária) sobre o horário de entrada no CREI, quando, de repente, foi surpreendida por um dos meninos, cujos registros constam no diário de campo, descritos a seguir,

No desenrolar da chamada peguei meu diário de campo, um dos meninos sentou ao meu lado e perguntou o que eu estava segurando, respondi: meu caderno. Ele disse: deixa eu ver tia, e pegou o caderno. Então o questioneei: o que tem no desenho? Ao perceber que se tratava de um menino brincando de boneca e uma menina brincando de carrinho, a criança logo rebateu: Não pode, não pode, não pode, não pode...

Menina brinca de boneca e menino de carrinho. Perguntei: E menina não pode brincar de carrinho? Por quê? Ele disse: é brincadeira de menino, menina só brinca de boneca. Respondi questionando-o outra vez: E menino, pode brincar de boneca? Ele disse: Não! Só menina! (RELATÓRIO DE ESTÁGIO, 2017).

A atitude do menino em relação ao desenho expressou quão forte se dá a distinção de gênero no contexto das relações humanas, uma vez que, até os brinquedos marcam “o que é ser menino” e “o que é ser menina”. No desenrolar da conversa com esse menino, outras crianças se aproximaram, uma delas, no caso, uma menina disse “Eu brinco tia, de boneca e de carrinho”, no mesmo instante, o garoto foi incisivo e falou: “Não pode”.

Acerca da questão acima relatada, Beauvoir (2009) ressalta a diferença entre meninos e meninas desde o tratamento as brincadeiras, sobretudo, na docilidade, delicadeza e fragilidade que se espera das meninas, fazendo da boneca, brinquedo indispensável às meninas, sendo comercializado com diversas finalidades (Ex.: cuidados maternos, moda), embora, preso a concepções do espaço privado/doméstico, limitando as meninas a um mundo que não ultrapassa o espaço domiciliar. Essas diferenciações estão presentes também e, quase que cotidianamente, no contexto da educação infantil.

Outra situação no estágio ocorreu quando a pedagoga levou a turma para o Solarium do CREI. Neste ambiente, ela disponibilizou diversos brinquedos para as crianças brincarem livremente. Num dado momento, um dos meninos aproximou-se de duas meninas que estavam brincando de boneca e iniciou um diálogo, reproduzido no relato abaixo:

Observei também, a conversa entre um menino e uma menina, ele chegou perto dela e disse: ‘É tua bebê é’? Ela disse: ‘É, e afastou a boneca’, para logo depois responder: ‘ela está cochilando’. Eles continuaram falando sobre a bebê (boneca), o menino queria brincar também, mas, a menina não deixou justificando que a bebê estava dormindo (RELATÓRIO DE ESTÁGIO, 2017).

No momento da aproximação do menino, uma das meninas puxou a boneca para si em sinal de negação, conforme ele conversou, ela ficou mais relaxada, no entanto, ambas não permitiram que ele brincasse com as bonecas. Ao mesmo tempo, os outros meninos dividam carrinhos e caminhões, brinquedos que em nenhum momento foram utilizados pelas meninas.

Outra situação, relatada abaixo, envolvendo uma dimensão da sexualidade aconteceu na turma observada, em relação a qual passamos a descrever, conforme anotações no diário de campo:

Durante a atividade dirigida das crianças, estava em sala quando a professora retornou do banheiro e disse: Acabei de pegar criança 1 mexendo no pinto de criança

2 no banheiro. Perguntei o que ela havia feito e, ela afirmou ter chamado atenção do menino e direcionado eles para a sala de aula (RELATÓRIO DE ESTÁGIO, 2017).

Nesta fase, a criança está construindo a imagem de si e do outro, por isso é comum à presença da manipulação dos órgãos genitais, que sim, dá prazer à criança, mas é necessário compreender que essa manipulação é diferente da masturbação, pois, a criança está descobrindo seu corpo e, a curiosidade faz-se presente a todo o momento, resultando em situações como esta (NUNES, 2005).

Tais episódios mostraram-se corriqueiros na turma observada, exigindo da professora compreensão acerca dessas questões para não lidar de forma precipitada e/ou indevida e acabar inibindo a vivência da criança com seu corpo. Nesta perspectiva, a capacitação docente em regime de formação continuada se mostra como uma importante estratégia, tendo em vista que os acontecimentos em torno da sexualidade são recorrentes e o(a) docente deve saber lidar com tais situações sem reprimir a criança, tampouco causar-lhes traumas negativos em relação ao corpo e a sexualidade, pois estes podem atravessar as relações futuras, perdurando indefinidamente.

Retornando as vivências, em uma das visitas foi possível observar as crianças enquanto faziam o lanche na sala e um dos meninos se sentou ao lado de uma menina da sala. Em seguida, eles já estavam conversando, quando notou-se que o menino fazia “bico” para a colega, insinuando o desejo de beijá-la, porém, ela se afastou e riu. Só depois de algum tempo, ele voltou a sentar na cadeira que estava. Em relação a essa questão, buscou-se saber da professora como a mesma tem reagido e, ela disse que por diversas vezes, já havia separado eles, de maneira que é preciso ficar atenta “porque se deixar, a menina sai beijando todos os meninos. Ela é assim minha filha, é ela que pega os meninos. Quem vê com essa cara pensa que é quietinha” [grifo nosso].

Além de ser uma atitude que “não se espera de menina”, essas situações também são comuns no espaço escola, assim, é necessário que o(a) docente esteja preparado(a) ao deparar-se com essas situações, para que não tenha posturas inadequadas, tampouco, reprima a criança.

Por isso, mostra-se necessário investir na formação inicial dos(as) professores(as), inserindo componentes curriculares que abordem tal temática, de preferência como componentes obrigatórios, enfatizando a importância de estudar as questões de gênero e sexualidade na formação e atuação docente. Sabendo que ao tratar dos direitos sexuais na infância e adolescência é preciso considerar a princípio, o direito à Educação sexual (FURLANI, 2008).

À vista disso, torna-se indispensável, provocar novas discussões na área de gênero para fortalecer a atuação docente para implementação de práticas não sexistas em sala e sim, com vista à liberdade. Sobre isso, Furlani (2008) apresenta oito abordagens da Educação sexual, são elas:

Abordagem biológica-higienista, abordagem moral-tradicionista, abordagem terapêutica, abordagem religiosa-radical, abordagem dos direitos humanos, abordagem dos direitos sexuais, abordagem emancipatória e abordagem *Queer*. São sobre as quatro últimas que pretendemos nos deter, tendo em vista, que as anteriores tinham foco na higienização e controle do corpo através de concepções de cunho religioso e patológico.

A princípio, deve ser levantada a abordagem dos direitos humanos, que apresenta a Educação Sexual como,

Aquela que fala, explicita, problematiza e destrói as representações negativas socialmente impostas a esses sujeitos e às suas identidades “excluídas”, num processo educacional que é assumidamente político e comprometido com a construção de uma sociedade melhor, menos desigual, mais humana – na totalidade semântica desse termo (FURLANI, 2008, p. 260).

No tocante a esse aspecto, apresenta-se a abordagem dos direitos sexuais, que traz 11º artigos, entendendo que “a sexualidade é uma parte integral da personalidade de todo ser humano. [...] Os direitos sexuais são os direitos humanos universais baseados na inerente liberdade, dignidade e igualdade de todos os seres humanos” (FURLANI, 2008, p. 26).

Nesta perspectiva, a Educação sexual com vista aos direitos sexuais, discorre sobre o conceito de gênero, visando à equidade nas relações entre homens e mulheres, sobretudo, pelo histórico de luta e conquistas dos direitos sexuais das mulheres, como aponta Fularni (2008, p. 27).

Falar em Direitos Sexuais das mulheres é...falar não só em questões de ordem biológica/reprodutiva (concepção, anticoncepção, aborto, tecnologias reprodutivas), mas também em questões de ordem afetiva/prazerosa (ligadas à representação de ‘liberdade sexual’) [...]. Se os aspectos reprodutivos reportam à heterossexualidade (mas não exclusivos dela), outras identidades sexuais precisam ser enfrentadas quando o entendimento de direitos sexuais das mulheres pretende ser encarado de modo honesto.

Sobre isso, os estudos culturais e feministas têm contribuído no âmbito desta discussão. Além disso, apresenta-se também a discussão dos direitos sexuais para o movimento GLBTTT e na infância e adolescência.

A abordagem emancipatória explicita que “a construção da cidadania “se inicia com a formação da identidade – quem sou eu?” (FURLANI, 2008, p. 40), e a representação de sujeito-pleno está atrelada à “liberdade de escolha” (p. 41) – que a Educação Sexual emancipatória deve proporcionar” (FURLANI, 2008, p. 33). Na abordagem *Queer*, Furlani cita Louro (2004^a) para discorrer sobre uma Pedagogia pautada na teoria *Queer*, afirmando que,

Uma pedagogia e um currículo queer se distinguiriam de programas multiculturais bem intencionados, onde as diferenças (de gênero, sexuais e étnicas) são toleradas ou são apreciadas como curiosidades exóticas. Uma pedagogia e um currículo queer estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades (LOURO *apud* FURLANI, 2008, p. 38).

Assim, uma Educação Sexual com vista para a liberdade deve ter como princípios as abordagens apresentadas, especialmente, no contexto da Educação Infantil que se apresenta como um espaço importante na construção da emancipação humana, em que as experiências positivas são fundamentais para que as crianças cresçam livres de preconceitos e livres em suas escolhas.

Conclusões

Alicerçadas nas observações e leituras acerca da temática, evidenciou-se a cotidiana manifestação da sexualidade das crianças, sobretudo, nos espaços da Educação Infantil, que se configuram no local em que as crianças iniciam as suas primeiras experiências e interações com outras crianças. Assim, as situações apresentadas no decorrer do trabalho se faziam presentes nas relações criança-criança, criança-adulto, por meio das interações e diálogos.

Nota-se também, a necessidade de introduzir nos currículos do curso de Pedagogia uma discussão mais enfática sobre a temática, especialmente, trazendo questões que permeiam a base da práxis docente e continuam contribuindo na manutenção do sexismo na escola. Assim, cursos de formação continuada e especializações na área da sexualidade mostram-se como um caminho para que atitudes sexistas, preconceituosas e discriminatórias não sejam naturalizadas e perpetuadas, uma vez que, já existe um déficit dessa discussão na formação inicial e o contexto escolar necessita de debates como este.

No que tange a legitimidade das questões de gênero e sexualidade, nota-se uma inviabilização destas dentro dos Documentos Norteadores da Educação, sobretudo, na Educação Infantil, dificultando ainda mais a discussão dessas questões no tocante as crianças pequenas. Este fator consiste em um desafio a ser enfrentado e superado, para que os debates em torno da Sexualidade sejam de fato incorporados como aspectos fundamentais na prática profissional docente.

Com isso, entende-se que é direito da criança, uma Educação Sexual com vista à sua emancipação, liberdade e equidade, transcendendo as atuais práticas docentes, que por vezes, são baseadas em concepções normativas e reducionistas dos conceitos de gênero e sexualidade.

Dessa forma, é preciso levar a discussão da sexualidade aos espaços escolares, uma vez que está dentro da realidade do(a) docente e das crianças, que vivenciam as etapas e experiências da sexualidade, seja de forma positiva ou negativa, assim, o investimento no(a) docente é fundamental para que as atitudes frente a questões da sexualidade das crianças não sejam tratadas de forma errônea e baseadas no senso comum. Para isso, é importante incorporar atividades que tratem o conceito de gênero, buscando possibilitar a reflexão e atitudes de equidade entre homens e mulheres, meninos e meninas, desde a infância.

Por fim, considera-se fundamental o papel das(os) educadoras(es) no tocante as questões de gênero e sexualidade nos espaços da EI.

Referências

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Modos de Educação, Gênero e Relações Escola-Família. **Cadernos de Pesquisa**. v. 34, n. 121, p. 41-58, 2004.
- Desenvolvimento Psicosssexual da Criança - Fase Oral**. Acesso em: <http://educacaoesexualidadeprofclaudiabonfim.blogspot.com.br/2010/10/desenvolvimentopsicosssexual-da-crianca.html> Acesso em: 20 abr. 2017.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- FURLANI, Jimena. Abordagens contemporâneas para a educação sexual. IN: FURLANI, Jimena (Org.). **Educação sexual na escola: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnicoracial numa proposta de respeito às diferenças**. Florianópolis, UDESC, 2008, p. 18-42.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1997.
- MARTINI, Carolina Aparecida. **Sexualidade na educação infantil: uma reflexão sobre a prática pedagógica em escolas públicas e privadas na cidade de Cambé-Pr**. 2009. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2009.
- NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. 7. Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.